



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 23 de agosto de 2022 - Ata n.º 85.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Soldado Adriano José** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **85.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Solicito ao 2.^º Sr. Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Soldado Adriano José – PP): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 84, de 22 de agosto de 2022, antecipada do dia 23 de agosto de 2022.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde a todas as Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares.



EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Mensagem n.º 72/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 405/2022) que altera dispositivos da Lei n.º 20945, de 20 de dezembro de 2021, e dá outras providências.

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) Ofício n.º 2532/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1487/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 2535/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2368/2022, do Deputado Soldado Fruet; Ofício n.º 2542/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2317/2022, do Deputado Soldado Fruet; Ofício n.º 2534/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 219/2022, do Deputado Goura; Ofício n.º 2543/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 2674/2022, do Deputado Soldado Adriano José; Ofício n.º 2538/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2547/2022, do Deputado Alexandre Amaro; Ofício n.º 2536/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2554/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 2557/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1823/2022, do Deputado Anibelli Neto; Ofício n.º 2559/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1378/2019, do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 2539/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 1840/2022, do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º 2552/2022 da Casa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2371/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 2555/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1805/2022, do Deputado Soldado Fruet; Ofício n.º 2553/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1844/2022, do Deputado Coronel Lee; Ofício n.º 2560/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência ao Requerimento n.º 1915/2022, do Deputado Homero Marchese; Ofício n.º 2550/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2512/2022, do Deputado Tadeu Veneri; Ofício n.º 2554/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura ao Requerimento n.º 2375/2022, do Deputado Goura; Ofício n.º 2540/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 2515/2022, do Deputado Soldado Fruet; Ofício n.º 2541/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Procuradoria-Geral do Estado ao Requerimento n.º 1827/2022, do Deputado Emerson Bacil; Ofício n.º 2537/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1900/2022, do Deputado Michele Caputo; Ofício n.º 2547/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Fazenda ao Requerimento n.º 2261/2022, do Deputado Cobra Repórter; Ofício n.º 2564/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento ao Requerimento n.º 1866/2019, do Deputado Arilson Chiorato; Ofício n.º 2551/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública ao Requerimento n.º 1249/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli; Ofício n.º 2544/2022 da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte ao Requerimento n.º 2009/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Deputado Michele Caputo. Declina. Deputado Tercílio. Declina. Deputado Nelson Luersen. Declina. Deputado Nelson Justus. Declina. Vamos à Liderança. Deputada Mabel Canto.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Mabel Canto (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Homero Marchese (REP); Tadeu Veneri (PT); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados, a todos que nos assistem. Quero falar aqui sobre prioridades. Prioridades que variam, evidentemente, de gestão em gestão, de político em político. E quero falar sobre um anúncio que foi feito hoje lá em Ponta Grossa, um anúncio que está em todos os jornais, e, talvez, vocês me perguntam: um anúncio na área da saúde, porque a saúde de Ponta Grossa está vivendo uma calamidade, um caos? Não, infelizmente, não é. É um anúncio de quase R\$ 1 milhão, mas para reformar o Centro de Eventos de Ponta Grossa, R\$ 939 mil o valor anunciado hoje no edital de licitação. Quase R\$ 1 milhão de recursos próprios do município, Deputado Romanelli, para reformar o Centro de Eventos. E aí, neste momento, em que estamos discutindo tanto sobre a questão da saúde, não só em Ponta Grossa, mas em todo o Estado do Paraná, falo sobre essas prioridades, porque, recentemente, tivemos a gestão municipal de Ponta Grossa fechou o Pronto-Socorro Municipal. O Pronto-Socorro Municipal que tinha quase 60 leitos e que realizava cirurgias gerais de ortopedia e atendia não só a Ponta Grossa, mas a toda a região também, vários municípios, várias pessoas de outros municípios da região também eram atendidas no nosso Pronto-Socorro Municipal. E aí quando vejo o edital que fala sobre a reforma do Centro de Eventos, fala que este Projeto tem como objetivo indicar os serviços necessários para reparos nos prédios existentes no centro de eventos. Esses reparos são de necessidade urgente, pois cada um deles pode desencadear dano maior, até mesmo causando sinistro. E que esses reparos visam dar mais tempo de vida



útil aos prédios do patrimônio da Prefeitura, permitindo o seu funcionamento de forma segura. Reparos de necessidade urgente. Desencadear um dano maior. Permitir o funcionamento de forma segura. Podia ser totalmente o edital para reforma do Pronto-Socorro Municipal. Isso, sim, é de extrema necessidade e urgência aquele patrimônio público da Prefeitura, aquele prédio público para atender a nossa população. Mas não os vemos tentando resolver o problema da saúde. Simplesmente eles dizem que o Pronto-Socorro não é da competência deles, é da competência do Estado. Então, o Estado que se vire e resolva. Inclusive, recentemente, na CPI da Saúde da Câmara Municipal de Ponta Grossa, o engenheiro apontou que para reformar a parte do telhado do centro cirúrgico, porque ele foi interditado devido a esse telhado, segundo a Administração Municipal, que para arrumar esse telhado custaria em torno de R\$ 200 mil, 200 mil, para reformar o telhado inteiro, R\$ 1 milhão e 200 mil. Então, veja, é o que vão gastar para reformar um Centro de Eventos! Um Centro de Eventos tem mais prioridade que o Pronto-Socorro Municipal de Ponta Grossa que atende, que salva vidas. Poderiam fazer uma parceria público-privada, não sou contra os eventos, mas temos que ter prioridade, porque o momento é de cuidar da saúde, da saúde! E aí enquanto isso, hoje cedo, em uma reunião organizada pelo Deputado Plauto, com o Presidente Ademar Traino, com o 1º Secretário Luiz Claudio Romanelli, como os provedores da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, tentávamos resolver o impasse do contrato do SAS. Trinta e quatro mil usuários na nossa região e a Santa Casa afirmou, já decidiu que o contrato que termina no dia 31 de outubro não será prorrogado se o valor dos serviços não for adequado ao valor real do que custa. Então, a partir de 31 de outubro os usuários do SAS da Região dos Campos Gerais podem ter os serviços interrompidos e aí para onde vão essas pessoas, esses usuários? Eles vão para a fila do SUS, que já está enorme, que já é grande, que todos os dias falamos aqui, Deputada Luciana. E, claro, a conversa foi muito boa, os encaminhamentos foram muito bons, mas não posso deixar, de deixar ao Líder do Governo, não está aqui no Plenário, mas acho que deve estar nos escutando, ele que foi inclusive Secretário de Administração, precisamos ver esta questão do SAS. O Governo precisa ficar



atento porque se mais uma porta for fechada na área da saúde em Ponta Grossa, não sei o que vai acontecer. Nos últimos anos, olha só que tristeza, Deputada Luciana, nos últimos anos, em Ponta Grossa, fechou o Hospital Evangélico que cuidada das nossas mães, das nossas gestantes SUS. Fecharam os atendimentos SUS no Hospital Vicentino de Ortopedia; fechou o Franco da Rocha que atendia à questão mental; fechou o Pronto-Atendimento Infantil no MAI; fechou o Pronto-Socorro e ia fechar Porta-SUS do Bom Jesus, se não fosse a nossa intervenção para renovar também o contrato! Fora os hospitais pequenos da região que fecharam e passam por dificuldades. E essa turma que está lá no Poder há dez anos, essa turma que é ligada ao Poder aqui Estadual: o Ex-Prefeito Rangel, a Prefeita Elizabete, o Ex-Secretário e Deputado Sandro Alex, o que é que eles fizeram em dez anos além de fechar portas da saúde? Não fizeram nada para abri-las, para mantê-las. Aonde está o Sandro Alex neste momento em que a Santa Casa está pedindo a revisão do contrato? Ué, ele não é o melhor amigo do Governador? Ele não tinha que ele próprio estar negociando isso? Mas quem que está negociando é o Deputado Plauto, a Deputada Mabel, com a Mesa Executiva. Preciso vir aqui e me indignar, porque esses mentirosos de Ponta Grossa, que estão acabando com a saúde da população da nossa região, não fazem nada além de mentir, além de enganar o povo. Aliás, a última Porta SUS Aberta em Ponta Grossa foi o Hospital Regional, luta do Deputado Jocelito com o Governador Requião. Foi a última porta aberta para a saúde. Concedo-lhe um aparte, Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputada Mabel. Quero parabenizar pelo seu pronunciamento, mais uma vez nesta tribuna, cobrando pelo atendimento à saúde das pessoas do Paraná e quero me somar ao seu pronunciamento até porque, Deputada Mabel, essa questão da falta de medicamentos, da falta de médicos, da falta de atendimento, de fechamento de unidades hospitalares está acontecendo no nosso Estado todo. Então, é muito preocupante o atendimento com a saúde no nosso Estado, o Governo que ali está ou que está, hoje, governando o Estado do Paraná, não está preocupado com a vida das pessoas, não está preocupado em cuidar das pessoas. E, por



isso, temos, sim, que aqui fazer a nossa parte, mas precisamos fazer com que nossa voz seja ouvida, porque a nossa voz aqui é a voz da população lá fora, é a voz do povo do Paraná, e o Governo não está ouvindo. Não nos ouve, portanto não está ouvindo o que o povo do Paraná hoje padece: com falta de leitos, com falta de médicos, com falta de cirurgias, com falta de atendimento especial às pessoas. Então, parabéns pelo seu pronunciamento e esperamos que o Governo possa nos ouvir, Deputada Mabel, porque estamos aqui representando o povo paranaense e ele precisa ouvir, que neste momento o povo precisa de atenção. Ele está no comando, ele cuida do Estado do Paraná e ele deve e tem a obrigação de cuidar do bem-estar das pessoas. Fica o nosso clamor... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, por favor.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Só para concluir, Sr. Presidente.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Ia pedir um aparte, mas não quero atrapalhar a finalização.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Então, Deputada Mabel, esperamos que o Governador ouça, porque estamos realmente aqui representando o povo e ele não está ouvindo o povo do Paraná.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Como disse a Deputada Luciana, e temos ouvido inúmeros pronunciamentos aqui, nesta Casa: saúde é prioridade, Deputado Michele. O senhor que foi Secretário da Saúde e ajudou muito a funcionar o Hospital Regional de Ponta Grossa. Não há outra prioridade, neste momento, principalmente depois da pandemia. E o que precisamos dos nossos representantes é que lutem por isso, que esqueçam as outras prioridades, deixem, deixem, por ora, de lado. Vamos pensar na saúde, a saúde da população em primeiro lugar. E aqueles que chamaram, por exemplo, o Hospital Regional de “casinha de bonecas” no passado, aqueles mentirosos de Ponta Grossa... (É retirado o som.)



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada, por favor.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir, Presidente, para concluir. E esses mentirosos que chamaram nosso Hospital de “casinha de bonecas” e de “cemitério”, saibam vocês que o cemitério é na UPA, na UPA Santana que o seu Rangel inaugurou às pressas e que matou mais de 100 pessoas. Morreram 100 pessoas lá, nos últimos meses, pela incompetência deles.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa da Vereadora Edite, de Mauá da Serra, por solicitação do Deputado Professor Lemos, e também, claro, anunciamos o aniversariante do dia, Deputado Michele Caputo. Aniversariante do dia!

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Obrigado, Presidente. Não quer saber a idade?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, não nos interessa, V.Ex.^a está muito jovem ainda. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda. O Deputado Soldado Adriano declinou.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, segura um pouquinho o tempo aqui, por favor. Senhor Presidente e demais colegas Deputados e Deputadas, e todos que nos acompanham aqui pela TV Assembleia e demais mídias. Gostaria, primeiro, de fazer uma crítica construtiva a esta Casa. Entendo que isso aqui é uma Casa séria, discutimos projetos importantes, que temos que usar o nosso tempo para um trabalho sério nesta Casa. Quando vejo vários Parlamentares colocar o nome para falar e declinar, isso é vergonhoso para quem acompanha o nosso trabalho. Vamos parar de brincar nesta Casa aqui. Quem não quer falar não coloque o nome!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, o Parlamentar tem todo o direito de se inscrever e declinar. Vossa Excelência não tem o direito de chamar atenção de Deputado aqui nesta Casa.



DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Perdoe-me, mas não quero ser interrompido na minha fala. Aguarde sua vez de falar!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vossa Excelência não tem o direito de chamar atenção de Deputados nesta Casa!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Chamo atenção, sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): É um direito de cada um.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): A população está vendo o que acontece aqui. É uma vergonha! Toda vez isso aí. Todo mundo põe o nome e declina. Aí estou no meu gabinete e acabo perdendo a minha vez de falar, porque acho que o pessoal vai falar. Ou isso aqui é um Parlamento ou é um primário? Ora! Ainda vem interrom... (É retirado o som.) O que é isso? Isso aqui está virando ditadura! Agora, os caras cortam o microfone de um Parlamentar. É bom que o povo está acompanhando o que está acontecendo aqui, e vou divulgar bem forte este vídeo aqui. Bom, primeiramente, para falar um pouquinho ontem daquela ridícula entrevista que a *Rede Globo* fez com o Presidente Bolsonaro, uma entrevista desqualificada, um jornalismo medíocre, onde os jornalistas fazem “caras e bocas”. Em vez de perguntar perguntas úteis, ficam atacando o Presidente, que ainda bem que foi cauteloso, não perdeu a calma e falou as verdades que tinham que ser ditas. Porém, ele deixou de falar algumas coisas importantes. Acho que ele não quis criar atrito, mas vou falar o que ele deveria ter falado para *Rede Globo*, ou melhor, para *Globo Lixo*, que não vale nada. No dia 4 de fevereiro de 2020, o Presidente Bolsonaro fez um Decreto de Emergência de Saúde Pública, em território nacional, por causa do avanço da doença da Covid no mundo, elevando o grau de risco ao nível 3, que é o nível mais alto que tem em uma pandemia. O que os Governadores de São Paulo, Bahia, Rio, o que a *Rede Globo* fez? Todos esses? Divulgaram o Carnaval, convidando o mundo para vir passar o Carnaval no Brasil, desobedecendo a um Decreto Presidencial de Emergência.



Como é que pode isso? Inclusive os Governadores que são do partido de esquerda, que tanto criticam e chamam o Presidente de genocida. A *Rede Globo* divulgou o Carnaval, o médico da *Rede Globo*, Dráuzio Varella, ainda disse que era uma “gripezinha”, que ninguém precisava se preocupar. Um médico que foi no *Programa do Faustão*, na época, falou que não tinha problema nenhum, que todo mundo podia vir ao Brasil pular Carnaval, porque aqui não tinha Covid. Realmente, não tinha Covid, mas depois do Carnaval milhões de pessoas pegaram Covid e aí começou o tal *lockdown*, porque não tinha estrutura hospitalar, não tinha estrutura porque durante 14 anos de Governo do PT eles não investiram nada na saúde pública, preferiram investir em estádio de futebol, pouco se lixaram para saúde pública. Aí teve o Governo Federal agir rapidamente, investiu bilhões para conseguir conter a Covid e fez um trabalho extremamente bem-feito. Então, que fique claro que quem trouxe a pandemia da Covid aqui foram esses Governadores de São Paulo, Rio, Bahia e tantos outros políticos. E o carro-chefe foi a *Rede Globo*, que divulgou o Carnaval como se nada tivesse acontecendo no Brasil. Aí, quando veio o problema, veio com a historinha do fique em casa, a economia vemos depois. Então, é bom que a população saiba da verdade e não esqueça esse ponto importante. Pena que o Presidente não falou isso ontem, que queria ver como que a *Rede Globo* ia se sair para responder a isso. Ainda tiveram a “cara de pau” de falar da economia, onde o Brasil está superando todos os países do mundo na economia. E, ontem, aqui, vendo a fala do Deputado Arilson Chiorato, sinceramente, o Deputado vive em outro planeta ou vive em uma falta de informação, uma falta de verdade, quando ele fala que o Governo não tem projeto, tem 33 milhões de pessoas passando fome, 65 milhões na linha de subnutrição. Ora, isso é tão ridículo uma pessoa falar isso, um cara estudado, sabendo que o Brasil hoje é o País que mais gerou emprego. No mundo pós-pandemia, a taxa de desemprego está em 9%, coisa que não acontece há 20 anos no Brasil. Temos um Auxílio Brasil de R\$ 600,00. Ninguém passa fome no Brasil não, gente. Aqui é um País de gente trabalhadora e que o Governo está muito atento para atender às categorias menos favorecidas. O Governo tem projeto, sim, tanto é que está colocando o Brasil de pé. Pegou um País



destruído pela corrupção generalizada do PT, pelo desvio de verbas em todas as estatais, destruíram a Petrobras e outros órgãos importantes do Governo. E ainda este Parlamentar, perdoe-me, perdoe-me, com todo o respeito, tem a “cara de pau” de dizer essas mentiras na tribuna, aqui em frente, que é o lado onde a esquerda se pronuncia. Vivemos um período eleitoral, cada um defende o seu lado, vivemos em uma democracia, mas a verdade tem que prevalecer. Sabemos que essas pesquisas, as que apontam, como ele falou aqui, o Lula na frente, são uma piada, são uma piada. São pesquisas obviamente modificadas porque a voz do povo, a movimentação do povo nas ruas mostra um cenário totalmente diferente. O Presidente Lula até está deprimido, devia ler algum livro de autoestima, para ele largar de beber, de encher a cara e enfrentar a realidade. Ele está colhendo o que plantou. Ele roubou o País, ele enganou o povo. Então, só tem uma palavra na boca do povo: ladrão! E ele não está aguentando viver nisso. Não pode andar em lugar nenhum. Já fiz desafio aqui. Ninguém tem coragem de andar com o Lula nas ruas. Ele não vai às ruas porque daí vai desmoralizar as pesquisas, que vão ver que esse homem não tem nenhuma popularidade. Será massacrado nas urnas no dia 2 de outubro e teremos urnas, eleições transparentes no nosso Brasil. Quem está achando que vão fazer o joguinho fechado e ganhar no tapetão, vocês não vão ganhar não, vocês vão perder no voto limpo do povo brasileiro, que vai votar em massa para o Presidente Bolsonaro, porque queremos este Brasil de gente séria, honesta e trabalhadora, não um País de corruptos que só apoia bandido e quem não presta. Esta é a verdade. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Acima de tudo, queria dizer que concordo com o que o Deputado Ricardo Arruda falou sobre se inscrever e declinar. A não ser que seja algo imprevisto, acho um desrespeito também, Deputado Ricardo. Bom, estamos vivendo, infelizmente, um tempo em que há uma cultura do espetáculo, do



escândalo, em que boa parte da imprensa renunciou ao objetivo de retratar os fatos com imparcialidade e respeito para fazer ativismo político. O que temos hoje, infelizmente, são órgãos e órgãos de ativistas políticos se qualificando como veículos de imprensa, assim como aconteceu com um portal, se não me engano sediado no Estado de São Paulo, que teve acesso a mensagens privadas de um grupo de empresários no *WhatsApp*, e passou ali a frequentar aquele grupo acompanhando as mensagens e, há alguns dias, começou a publicar algumas dessas mensagens de forma a criar algum tipo de escândalo envolvendo-as. Um dos supostos escândalos estava uma mensagem que o empresário dizia o seguinte: *Estamos aos 45 do segundo tempo, só restam duas opções: ou votar no candidato "X" ou ir embora do País*. Outro empresário disse o seguinte: *Golpe foi soltar o presidiário, golpe é o Supremo agir fora da Constituição*. Outro falou alguma coisa mais exagerada e nisso o ativista político travestido de jornalista viu um escândalo, um ataque às instituições, um combate à democracia, como tem ficado cada vez mais repetitivo esse tipo de acusação. Isso chegou ao conhecimento da Polícia Federal no inquérito em que o Ministro Alexandre de Moraes é promotor, vítima e juiz ao mesmo tempo, e o Ministro Alexandre de Moraes decretou busca e apreensão nas residências, nos endereços dessas pessoas, busca e apreensão de telefones celulares, bloqueios de contas bancárias dessas pessoas, bloqueio de redes sociais e, pasmem os senhores, quebra de sigilo bancário dessas pessoas. Senhor Alexandre de Moraes, o senhor está ficando maluco? Senhor Ministro, o senhor está ficando maluco? Quem o senhor pensa que é? O senhor não está acima da Constituição, o senhor tem que cumprir a Constituição. E já defendi aqui mais de uma vez o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. O Ministro Alexandre de Moraes precisa ser “impeachado”, essa que é a verdade! Já há muito tempo passou do ponto, abusa da função e se comporta como um ditador quando deveria ser o primeiro a cumprir a Constituição, a qual ele tem o papel de cumprir. Parece que agora o Brasil virou uma grande ditadura, em que o Supremo Tribunal Federal é a grande Stasi, é a Polícia Secreta da Alemanha Oriental. Aliás, um grande amigo lembrou agora há pouco de um filme muito interessante e que se não me engano ganhou o Oscar de melhor filme



estrangeiro, *A vida dos outros*, sobre a Stasi na Alemanha Oriental, em que, pelas gravações sucessivas, pela desconfiança de todo mundo, todo mundo era inimigo do regime, todo mundo tinha que ser grampeado, houve inclusive uma tragédia pessoal – não vou dar *spoiler*, não vou adiantar o final do filme –, mas uma relação de amor, de afeto destruída por uma polícia secreta espionando as pessoas. Pergunto a todos os senhores que estão aqui e talvez a todo mundo que esteja nos ouvindo: Se abrirem o *WhatsApp* dos senhores, não vão ter mensagens parecidas com as que foram encontradas no grupo de *WhatsApp* desses empresários? Se não poderiam de alguma maneira entender que alguma mensagem crítica que se faz a alguma instituição não era um crime contra a democracia, um ataque às instituições brasileiras? Ora, vamos parar de hipocrisia! A crítica às instituições públicas é algo indispensável à liberdade de expressão. Sem isso não existe liberdade de expressão, ainda mais envolvendo instituições públicas. Essa decisão é um absurdo, é uma vergonha, coloca o Judiciário brasileiro entre os piores do mundo. E se os europeus e os americanos receberem a notícia como de fato ela aconteceu, vão dar risada do que aconteceu aqui no Brasil. Países que têm a democracia consolidada fizeram principalmente pela garantia da liberdade de falar mal de quem está no Governo ou nas instituições principais. Nos Estados Unidos especialmente, eles têm um teste difícil de atingir sobre o que constitui crime por fala, que é a ação ilegal iminente, que é algo que tem que ser extremamente gravoso, que está acontecendo no momento em que a pessoa está instigando alguém a fazer um ato ilegal, senão não é, é protegido pela liberdade de expressão. Depois que a operação foi desencadeada, alguns dos membros do grupo continuaram escrevendo, talvez sob ameaça do seu patrimônio e da sua própria vida. Aliás, Dr. Alexandre de Moraes, não vá quebrar o meu sigilo bancário e fiscal e nem bloquear a minha conta, por favor! Mas, uma das pessoas disse o seguinte: “Vai ter que checar mensagens privadas de mais de 75 milhões de brasileiros, se o que os cidadãos falam em conversas privadas de *WhatsApp* com familiares e amigos for objeto de ação judicial. Se isso acontecer, estamos de fato então em uma ditadura baseada no Poder Judiciário, onde escutas ilegais fazem parte dos métodos de



perseguição aos cidadãos". Está certíssimo quem escreveu isso. É exatamente isso! Se a qualquer um for dado o direito de fazer um escândalo, pegar uma mensagem privada em um grupo de *WhatsApp* e dizer que é um crime, um atentado às instituições e isso der motivo para um Ministro do Supremo Tribunal Federal acabar com a vida da pessoa, estamos diante de uma ditadura, sim, não existe outra qualificação. E esse tipo de veículo de imprensa está ficando até cansativo, não é, Deputados, porque acontece em todo lugar, aqui no Paraná mesmo tem um portalzinho que faz a mesma coisa, tudo o que alguém de quem eles não gostam fala é motivo de escândalo, de espetacularização. O cara pode ser o cara mais correto, mais certo do mundo, tentar fazer as coisas direito, mas se falou alguma coisa que eles não gostem eles vão querer massacrar, vão querer utilizar para massacrar. Provavelmente estão recebendo dinheiro de alguma instituição pública para falar mal de alguém também, porque ninguém é de ferro, não é isso? Então, que fique o meu protesto a mais uma decisão arbitrária do Supremo Tribunal Federal. E me pergunto se o Supremo Tribunal Federal não está tentando cada vez mais "esticar a corda" para que venha a reação do lado de lá. Que Deus dê sabedoria para as pessoas que estão sendo massacradas pelo Supremo Tribunal Federal, porque talvez seja estratégia, não seja por acaso. Cria-se uma situação tal que leve as pessoas a errarem, a fazerem uma reação desproporcional e aí, sim, vem a justificativa para algo mais forte e poderoso. Que Deus tenha misericórdia desta nação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, serei bem breve, só para dar primeiro um informe aqui. Temos uma situação em Curitiba, estivemos hoje pela Comissão de Direitos Humanos no Tatuquara, uma área com cerca de 400 a 500 famílias, que, em uma área privada, ocuparam essa área privada há pouco tempo, três ou quatro meses, há um pedido de reintegração de posse e estamos tentando mediar, Deputado Michele, com a Prefeitura e também



obviamente com o Governo do Estado, porque vai depender do Governo do Estado colocar a força pública para que essas pessoas sejam retiradas, uma vez que foi solicitado a elas que abandonassem a área de forma pacífica, o que sabemos que não vai acontecer porque essas pessoas realmente não têm para onde ir, já foram para lá, o Deputado Goura acompanhou também, já foram para lá justamente porque não têm para onde ir. Então, aqui, pela Comissão de Direitos Humanos, estamos acompanhando e quero fazer este registro porque acho que é importante a Assembleia Legislativa ter esta participação. Iríamos fazer algum comentário a respeito disso porque tínhamos hoje alguns Projetos na CCJ, o Deputado Nelson Justus estava também conosco e outros Deputados, o Deputado Homero, Deputados que estavam presentes, mas não houve quórum, não é, Deputado Nelson Justus. Não sei exatamente... É claro que não é meu direito, longe disso, dizer por que tem ou não tem, mas há Projetos que têm certa urgência inclusive em serem votados e que não serão votados antes do dia 3 ou 4 de outubro se não conseguirmos fazer com que haja quórum, porque não tem jeito, nós estamos lá, mas falta o número de Deputados que seria necessário para que desse quórum. Só me inscrevi, realmente não iria me inscrever, mas tenho ouvido e tenho sempre... embora tenha posições contrárias, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, mas tenho ouvido e tenho sempre procurado respeitar todas as intervenções que são feitas aqui no Plenário, agora quando o Deputado Arruda vai à tribuna, Sr. Presidente, e diz que é necessário que o Lula pare de “encher a cara” e venha a fazer campanha, vou fazer uma solicitação formal para que seja transmitida essa afirmação aos departamentos que são responsáveis pela campanha, Deputados e Deputado Arilson, que é Presidente do nosso Partido, porque não dá, não dá para você falar que o candidato a Presidente da República vive bêbado. Então, é preciso que se comprove onde estava bêbado, quando estava bêbado, o que comprovou que ele estava bêbado, porque é ruim para nós isso, Deputado Arruda. É ruim porque... temos diferenças, o senhor sabe disso, pensamos diferente, não há por que também tentarmos pensar igual, é normal, mas quando passamos de um limite de uma suposição para uma afirmação aqui na Assembleia Legislativa, se isso for, como disse o Deputado



Homero, a liberdade de crítica é assegurada, mas a liberdade de crítica não prevê que você faça afirmações que você não possa comprovar. É como se eu dissesse que o Presidente Jair Bolsonaro esteve ontem no *Jornal Nacional* e ouvi o Presidente Jair Bolsonaro, e o que fazia aquele Presidente lá se estivesse fazendo isso ou isso, ou aquilo, ou fizesse afirmações que, particularmente, não possa comprovar. Acho ruim. Então, faço um apelo, aqui, não peço para retirar até porque o Deputado tem todo o direito de fazer essa afirmação, mas por uma questão de lealdade com a Casa, acho que essas coisas têm que ser ditas na tribuna, que é o espaço para dizermos. Não posso concordar que vá à tribuna um Deputado eleito pela população e fale que temos que fazer o Presidente Lula, Deputado Chiorato, parar de “encher a cara” e fazer campanha, porque se ele está “enchendo a cara” é preciso dizer o que significa “encher a cara”, significa dizer que está bêbado, quando que esteve bêbado, comprove que esteve bêbado e, aí, claro, terá razão. Se não tiver, arque com as consequências. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson Chiorato, último orador.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, questão de ordem, Requião Filho.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Sei que estamos vetados de entrar em escolas, participarmos de eventos em prédios públicos. A assessoria de Deputados poderia estar frequentando escolas, entregando verbas e fazendo qualquer tipo de reunião dentro de escolas, Presidente? É só uma dúvida minha. Estou recebendo uma denúncia aqui e gostaria do posicionamento da Mesa. Acho que é vedado isso neste momento não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Na minha opinião é vedado.



DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Obrigado, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, nobres Deputados e Deputadas, dias atrás ouvimos aqui nesta Casa afirmarem, categoricamente, que o pedágio acabou, que o pedágio no Paraná é zero. Ontem, comentei aqui nesta tribuna que hoje traria algumas novidades em relação ao tema, do processo de desestatização 42.775/2021-3, que tramita no Tribunal de Contas da União. As eleições estão se aproximando. Tem várias pessoas da Base do Governo colocando que o pedágio acabou, como se alguém tivesse feito alguma coisa do Governo do Estado, para que o pedágio realmente acabasse. Primeiro, temos que ter duas coisas bem claras, aqui. As concessões antigas terminaram porque o contrato terminou e para ser renovado precisava de uma autorização do Congresso Nacional e o Governo teria que fazer uma motivação antes e não o fez. O Governo do Estado, na figura do Governador Junior, não fez um movimento para acabar com o pedágio. Simples assim, não fez nada, como fez nada em várias outras coisas que o Estado sofre. Segundo que só não temos um novo modelo de pedágio porque esta Casa agiu fortemente nesse embate, com a sociedade paranaense. Se fosse pela vontade casada do Governo Federal e do Governo Estadual, teríamos um novo modelo de pedágio, não mais com 27 praças e, sim, com 42; não mais com 24 anos e, sim, com 35; não mais com 2.500 quilômetros de malha rodoviária e, sim, com 3.300; e não mais com degrau tarifário em torno de 24% e, sim, com 40%. O processo que está no Tribunal de Contas, só neste mês de agosto, teve 26 movimentações. Desde novembro de 2021, foram 168 movimentações. Na última sexta-feira, no dia 19/08, ocorreu a derradeira movimentação. Essa movimentação traz a comprovação cabal de documentos e provas. Não é convicção, não é *PowerPoint* e não é hipótese mais, é documentação cabal de que o pedágio vai voltar ainda mais caro do que era, com as novas praças de pedágio, com o tempo de 35 anos, com o aporte financeiro e com o degrau tarifário em 40%. Deputado Fruet, vou fazer uma retrospectiva. Aprovamos aqui nesta Casa a Lei 11.002, em agosto de 2021, essa lei que está aqui. Falávamos que era um “cheque em branco” para



o Governo do Estado, porque ela autorizava o Poder Executivo a delegar para a União, no prazo de 30 anos, a administração e exploração de rodovias estaduais, de qualquer rodovia estadual, qualquer uma das existentes, sem definir qual. Já, Deputada Luciana, após a publicação da lei, no mês 11/2021, foi inserido no Plano de Exploração de Rodovias três novas rodovias do Paraná: a PR-408, a 411 e a 804, todas no litoral, o que fez com que aumentasse o Capex para obras e aumentasse o pátio de rodagem. Mas uma hora a conta chega e a conta chegou. Foi publicado, no dia 02/06, uma Resolução com o n.º 234, do Conselho para o Programa de Parcerias e Investimentos, assinada nada mais e nada menos, pelo Ministro mal-intencionado Paulo Guedes. Nessa Resolução, ele garante que a modalidade de licitação será por concorrência internacional, com o menor valor de tarifa, atrelada ao aporte financeiro, por 35 anos de contrato, vinculada ao deságio proporcional ao aporte colocado. Ou seja, pode ficar com raiva, pode ficar nervoso, mas o documento está aqui. O pedágio do Paraná será por aporte financeiro, o que inibe o valor do desconto. O pedágio será tão caro, na verdade maior, porque o Capex aumentou do que era. Não é o Arilson que está dizendo, é o “raio” do Paulo Guedes, aquele famoso por destruir o Brasil e entregar as coisas e, aqui, com o aval do Governo do Estado. Mais ainda, no dia 09/06, agora, publicou o edital e tudo o que foi falado aqui foi desconsiderado. O edital no processo contém toda a crítica feita pelas 21 Audiências Públicas, promovidas pela Frente Parlamentar do Pedágio e todas as críticas feitas pela sociedade. Mantém as praças; mantém a localização das praças; mantém a forma de cálculo; mantém o aporte; e garante o degrau tarifário de 40%. Ora, se o pedágio acabou, Governo do Paraná, por que foi publicado agora, novamente, o edital contido com tudo isso e aumentado, Deputado Fruet, o Capex? Se aumentar o investimento, por lógica, aumenta a tarifa. A conta está chegando, o cheque em branco está começando a produzir efeitos documentais. Documentais! Ainda no dia 09/06 – perdão –, ainda no dia 11/08, foi atualizado o Capex, que é o investimento do lote um e dois, que é o primeiro a ser licitado. Agora, na sexta-feira, no dia 19/08, está aqui oh, o contrato publicado no processo, nos seus artigos, que comprova a conta



aporte, comprova a tarifa básica de pedágio segundo o lance vencedor e comprova todo o emaranhado, o imbróglio, toda a trama mal contada que vínhamos falando. Se o pedágio do Paraná acabou, como afirmavam alguns aqui, por que está acontecendo toda essa movimentação no processo? Sabem por quê? Porque logo depois do pedágio, depois de tentarem enganar o povo na eleição, que vai ocorrer em 2 de outubro, vai sair, Deputado Maurício, o edital. Vou ser bem prático, coisa que não sou tanto, não é só, não são só essas rodovias elencadas, podem ser quaisquer rodovias do Paraná incluídas nesse processo. Não serão só 42 praças de pedágio, podem ser 50, 60. Sabem por quê? Esta Casa aqui deu aval. Não venha com essa conversinha de que o Governador não assinou o termo de convênio. O Governo do Paraná está dialogando com a ANTT para que essas modificações estejam contidas no processo do TCU. Então, tem que parar de balela, parar com discurso que contenha falta de verdade, para não dizer mentira. Se vier aqui à tribuna e ocupar esta tribuna para falar que o pedágio acabou e que a tarifa será zerada, não é verdadeiro. O pedágio anda a passos largos e rápidos, mas o pior de tudo, na escuridão, longe dos olhos do povo paranaense, nas mais de 26.168 tramitações dentro do TCU, sem a manifestação pública do Governo do Paraná. O seu Sandro Alex, que hoje está como Deputado Federal, sequer se pronuncia sobre o assunto. O Governador Junior esqueceu o tema do pedágio? Não. Não esqueceu. Aqui, a imagem, oh! O Governo do Paraná – filma aqui para mim, por favor –, o Governo do Paraná não esqueceu o pedágio, está aqui oh, propaganda, propaganda do Trevo das Cataratas, obra que, segundo o Governo, tem 80 milhões de investimentos, ele só não fala de quem é o investimento. O Governo do Paraná usa o pedágio, ou as obras oriundas do acordo do Ministério Público Federal, que não passou por esta Casa, obras que já foram pagas pelo povo, para fazer propaganda enganosa. Então, pega algumas partes que lhe interessam do processo de pedágio e faz propaganda. Por que na página do Governador, que tem a propaganda, não está mostrando que será mantido o contrato de pedágio, tão ou pior para o povo como era antes? Que hoje o TCU, na sexta-feira, confirma tudo que tem sido feito e falado? Que o Paulo Guedes, aquele Ministro mentiroso do Governo Federal,



assinou a Resolução especificamente sobre o plano de privatizações das rodovias do Paraná, que garante para o setor privado um regramento benéfico financeiramente e maléfico para o povo paranaense? Estou esperando, estou esperando a publicação do Governo do Estado confirmando o pedágio... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputada Mabel, infelizmente não vemos o Governador falar com a verdade, vemos uma propaganda mentirosa, como essa do Trevo das Cataratas, e na verdade o que está acontecendo com o povo do Paraná, na surdina, no jogo armado e calculado. Só tem um jeito de parar esse pedágio, é trocar tanto o Governo do Estado quanto o Governo Federal, para frear o que vai acontecer. Vão entregar para o povo. E aqui temos um Projeto de Lei, o 219, que pede que seja revogada a lei que autoriza a cessão das rodovias. Vou pedir regime de urgência hoje, e vou contar com a assinatura de vocês, 18 Deputados, para votarmos logo e acabar com a patifaria, antes que o Guedes, o Bolsonaro e o Palácio Iguaçu façam uma desgraça ainda maior com o povo paranaense. Peço o apoio de vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri



(PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (54 Parlamentares); **Deputado ausente com justificativa:** Gilson de Souza (PL), para funções administrativas (1 Parlamentar); **Deputados ausentes sem justificativas:** Bazana (PSD), Coronel Lee (PDC), Douglas Fabrício (CDN) e Jonas Guimarães (PSD) (4 Deputados).]

Projeto que necessita de Apoio.

Projeto de Lei: (Com apoio e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 404/2022**, do Deputado Goura, que dispõe sobre a qualidade do ar no que tange à percepção de odores. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 816/2019, de autoria dos Deputados Cristina Silvestri, Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher, com o objetivo de fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho, família e valorização da mulher. (**Sobre o Projeto, Emenda de Redação.**) Precisamos submeter ao voto a Emenda de Redação



que está no painel. Em votação a emenda de redação. Deputados que aprovam... Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Votação encerrada, Sr.^o Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (31 Deputados); **Abstenção:** Ricardo Arruda (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Bazana, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Paulo Litro, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (22 Deputados).] Com 31 votos favoráveis e 1 abstenção, **está aprovada a emenda de redação. O Projeto retorna à Comissão de Redação para elaborar nova redação.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 321/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que dispõe sobre a notificação compulsória dos casos suspeitos e/ou confirmados de pessoas com doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Plauto, o seu voto, por favor. Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Cantora Mara Lima. Votação encerrada.

DEPUTADO GALO (PP): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Vossa Excelência poderia pedir uma salva de palmas para o nosso querido Michele Caputo, palmeirense, está de aniversário, como o senhor disse. (Salva de palmas.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[*Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tião Medeiros (37 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (17 Deputados).]* Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 321/2021.**



ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 335/2022, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao município de Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Traiano. Senhores e Sr.^{as} Parlamentares, com muita alegria encaminhamos o PL 335/2022, que institui Pontal do Paraná a Capital Estadual da Cambira. A Cambira, prato típico do município de Pontal do Paraná e patrimônio da cozinha brasileira, era originalmente preparada com tainha seca e defumada, acompanhada de banana e pirão. Suas versões podem ser servidas com outros acompanhamentos e preparadas com outros peixes da região, como o cação e a pescada. O nome remete ao cipó, muito presente no litoral, conhecido por sua flor roxa, que era a base do varal usado para a defumação. Uma vez seco, o peixe vai para a panela de barro, com água e especiarias, e vira um caldo grosso. A pesca artesanal da tainha é considerada uma prática ancestral do litoral paranaense e recebeu o Título de Patrimônio Cultural Imaterial de Pontal do Paraná. O município conta com 600 pescadores cadastrados, sendo que cerca de 10% deles se dedicam à pesca artesanal da tainha. Como forma de divulgar a importância da Cambira, a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, do meu amigo, parceiro, Rudão Gimenes, organiza desde 2021 o Festival de Gastronomia Caiçara, idealizado para celebrar o Dia da Cambira, comemorado no dia 18 de julho. Durante o festival, os bares e restaurantes do município oferecem tanto a versão tradicional da Cambira como releituras desse patrimônio da culinária brasileira. A administração está mobilizada para oferecer condições para que as pessoas possam conhecer e aplicar o processo de defumação do pescado, incrementando a renda e a oferta do peixe defumado. Também sou autor da Lei 21.141, de 2022, que insere o festival no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná. O presente Projeto de Lei,



Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, soma-se e traz ações no sentido de garantir um justo reconhecimento da importância do prato, e desta forma fomentar a divulgação e o consequente consumo do produto, além do incremento no turismo, trazendo inúmeros benefícios à população do município de Pontal do Paraná, que tenho orgulho e a responsabilidade de representar na Assembleia Legislativa. Por isso, peço o voto “sim” para os demais Deputados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Elio Rusch, Francisco Bührer, Nelson Justus e Nereu Moura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Nelson Justus (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 335/2022. Quarenta e**



quatro votos, com o voto do Deputado Nereu Moura. Está aprovado o Projeto.

ITEM 4 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 35/2022, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, Ministério Público, Ofício n.^º 116/2022, que cria cargos no Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme específica, e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **O Item 4 está retirado de ofício por esta Presidência.**

Os Itens 5 a 9 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 5 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 379/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 64/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência.

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 380/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 65/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 392/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 66/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência.

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 393/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 67/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência.

ITEM 9 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 394/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 68/2022, que aprova crédito especial, alterando o



vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência.

Então, vamos submeter ao voto, votação agrupada dos Itens 5 a 9. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcel, seu voto, por favor. Votou. Anibelli Neto, seu voto. Deputado Tiago Amaral. Ok. Deputado Mauro Moraes, por favor, registre a presença, sob pena de ter problema. O Deputado Mauro já registrou o voto “sim”. Vamos submeter ao resultado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Bazana, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco e Nelson Justus (9 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados todos os Projetos.**



ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 396/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 70/2022, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto a instituições financeiras públicas e/ou privadas, com garantia da União, para financiamento parcial do Programa de Integração Metropolitana – PIMC, do Programa Inova Paraná – PIR e do Programa Estradas da Integração. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Já de conhecimento de todos os Sr.^s Deputados. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados, por favor, o voto. Deputada Cristina, Jacovós, Deputado Paulo Litro. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Bazana, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Gilson de Souza, Jonas Guimarães, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Paulo Litro e Requião Filho (12 Deputados).]** Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei 396/2022.**



(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2834/2022, do Deputado Nelson Justus, solicitando a anexação dos Projetos de Lei n.ºs 25/2022, 21/2022 e 12/2022 ao Projeto de Lei n.º 218/2021.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Adia-se na forma regimental.

Requerimento n.º 2840/2022, do Deputado Anibelli Neto, solicitando dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 335/2022, da Ordem do Dia.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2833/2022, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o envio de expediente ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo a construção de passeio e escada na BR-277, entre as ruas Dr. Marcallo Tissot e Professor Nuno de Souza e Silva; **Requerimento n.º 2836/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Joaquim Araújo Figueira; **Requerimento n.º 2841/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário e Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor-Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, reiterando a dilação dos prazos das consultas e audiências públicas constantes das



deliberações n.^{os} 4 e 5/2022-APPA e a realização do certame nos formatos presencial e telepresencial; **Requerimento n.^º 2843/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de voto de pesar à família pelo falecimento de Vicente João Bernardi Neto; **Requerimentos n.^ºs 2844 a 2846/2022**, do Deputado Plauto Miró solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: João Pietrowski; Volney Novochadlo; e Magali Ribas Ferreira Leoncio.

Requerimento com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.^º 2835/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, Líder do Partido União Brasil, indicando como membro titular o Deputado Elio Rusch (União) e como membro suplente o Deputado Plauto Miró (União), para comporem a Comissão Especial para análise da Proposta de Emenda à Constituição n.^º 5/2021.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.^º, IV do Regimento Interno (Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia): **Requerimento n.^º 2837/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 15 a 17 de agosto de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.^º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.^º 2838/2022**, do Deputado Dr. Batista, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de agosto de 2022.

Deferidos conforme o art. 97, § 4.^º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.^º 2842/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de agosto de 2022; **Requerimento n.^º 2847/2022**, do Deputado Delegado Jacovós, apresentando justificativa de



ausência na Sessão Plenária do dia 16 de agosto e na sessão antecipada do dia 17 de agosto de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra Sessão Ordinária na sequência, antecipada de quarta-feira, dia 24 de agosto de 2022, com a seguinte **Ordem do Dia:** 2.^a discussão do Projetos de Lei n.^ºs 35/2022, 379/2022, 380/2022, 392/2022, 393/2022, 394/2022 e 396/2022; e 1.^a discussão dos Projetos de Lei n.^ºs 328/2020, 45/2022 e 275/2022. Solicito aos Sr.^s Deputados que registrem presença.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 15h41, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)